



Proposta de Lei n.º 109/XV/2.<sup>a</sup>  
Aprova o Orçamento do Estado para 2024

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresentam a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 109/XV/2.<sup>a</sup> - Aprova o Orçamento do Estado para 2024:

TÍTULO II

Disposições fiscais

CAPÍTULO II

Impostos indiretos

SECÇÃO VI

Imposto único de circulação

Artigo 161.º

Alteração à Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho

Eliminar.

Artigo 162.º

Alteração ao Código do Imposto Único de Circulação

Eliminar.

Artigo 163.º

Adicional de imposto único de circulação

Eliminar.



## Artigo 164.º

### Normas transitórias relativas ao imposto único de circulação

- 1 - A coleta do IUC, relativa aos veículos de todas as categorias diminui, anualmente, 25 (euros) por veículo, até que o imposto cobrado atinja os 0 (euros).
- 2 - [Eliminar.]

### Nota Justificativa

No presente orçamento, o governo decidiu aumentar brutalmente o imposto sobre os carros dos portugueses, abrangendo 3 milhões de viaturas de categoria A e 500 mil motociclos. Esta é uma medida que pune os mais pobres, aqueles que não têm alternativa de transportes públicos, sobretudo no interior do país. Muitos deles ou são estudantes sem quaisquer rendimentos, ou são idosos que vivem em zonas do país onde, sem veículo, não podem ir às compras, à farmácia, ao médico, ou visitar os seus familiares. Assim, o aumento do IUC é uma medida socialmente injusta, regressiva e iníqua.

O governo taxa os portugueses como ricos e agora levou essa forma de estar às viaturas mais velhas. Os portugueses não trocam os seus carros antigos porque não conseguem, não é por não quererem. Os portugueses estão dependentes das suas viaturas para irem para o trabalho, levarem os filhos à escola, fazerem a sua vida. O governo alega como principal motivação subterfúgios ecológicos que não colam com a realidade, tendo esta medida sido inclusivamente rejeitada por associações ambientalistas. Até porque a posse de um veículo não implica necessariamente a sua utilização. Vários portugueses guardam veículos pelo seu valor sentimental ou para usar um número diminuto de vezes por mês.

A aplicarem-se as medidas propostas pelo governo, no final dos anos de transição da medida, os portugueses ficarão a pagar bem mais do dobro para muitos carros habituais no parque automóvel português. Com esta proposta de alteração, a Iniciativa Liberal faz com que esta



medida não afete os bolsos dos portugueses que já pagam cerca de 60% em impostos sempre que abastecem os seus veículos de combustível.

Havendo vários impostos relativos a veículos que incidem sobre a componente ambiental, a Iniciativa Liberal propõe em adição à eliminação das alterações propostas pelo governo a eliminação gradual do IUC, reduzindo o IUC pago por veículo em 25€ por mês, até o valor a pagar do IUC ser nulo. Quando anunciada a medida de agravamento do IUC, o ministro das Finanças, Fernando Medina, afirmou que a medida custaria “dois euros por mês”. A Iniciativa Liberal propõe, assim, o inverso do que foi proposto pelo Governo, sendo que a medida aqui gizada custa apenas dois euros por mês da receita por veículo cobrado para o Estado reajustar.

Palácio de São Bento, 13 de novembro de 2023

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

Carlos Guimarães Pinto

Carla Castro

Bernardo Blanco

Joana Cordeiro

João Cotrim Figueiredo

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha